



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

## AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

## SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 18/2014:

Lei da Sindicalização na Função Pública.

Lei n.º 19/2014:

Lei de Protecção da Pessoa, do Trabalhador e do Candidato a Emprego Vivendo com HIV e SIDA.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 18/2014

de 27 de Agosto

Havendo necessidade de estabelecer o quadro jurídico para o exercício da liberdade sindical na Administração Pública, nos termos do n.º 4 do artigo 86 da Constituição, a Assembleia da República determina:

### CAPÍTULO I

#### Disposições Gerais

##### ARTIGO 1

##### (Definições)

Os termos usados na presente Lei constam do glossário, em anexo, que dela faz parte integrante.

##### ARTIGO 2

##### (Objecto)

A presente Lei estabelece o quadro jurídico para o exercício da liberdade sindical na Administração Pública.

##### ARTIGO 3

##### (Âmbito)

A presente Lei abrange os funcionários e agentes do Estado, no activo ou aposentados, que prestam serviço na Administração directa e indirecta do Estado e nas autarquias locais, nos termos do regime do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado.

##### ARTIGO 4

##### (Instituições não abrangidas)

É regulado por lei especial o exercício da liberdade sindical para o funcionário ou agente do Estado que se encontre numa das seguintes situações:

- a) dirigente superior do Estado e ou entidade nomeada pelo Presidente da República;
- b) exercício de cargos de direcção;
- c) exercício de cargos de chefia;
- d) exercício de cargos de confiança;
- e) exercício de cargos e funções e carreiras diplomáticas nas forças paramilitares, incluindo os guardas e ou fiscais florestais;
- f) exercício de funções e de inspecção;
- g) exercício de funções na Presidência da República;
- h) exercício de funções nas Forças Armadas de Defesa;
- i) exercício de funções nas forças policiais;
- j) exercício de funções nos serviços de migração;
- k) exercício de funções nos serviços penitenciários;
- l) exercício de funções nos serviços de salvação pública;
- m) exercício de funções nas magistraturas;
- n) exercício de funções na entidade encarregue de administração e cobrança dos impostos internos e do comércio externo;
- o) exercício de funções nos serviços de prevenção e combate às calamidades naturais;
- p) no gozo de licença ilimitada e registada.

### CAPÍTULO II

#### Finalidade, Direitos e Garantias Fundamentais

##### ARTIGO 5

##### (Finalidade da liberdade sindical)

O exercício da liberdade sindical na Administração Pública visa assegurar a participação dos funcionários e agentes do Estado na defesa e desenvolvimento dos seus direitos e interesses sócio-profissionais.

## CAPÍTULO VII

## Disposições Finais

## ARTIGO 57

## (Direito de associação profissional)

Todos os funcionários e agentes do Estado, à excepção dos referidos nas alíneas *d)* e *e)* do artigo 4 da presente Lei, podem, querendo, constituir associações sócio-profissionais e nelas se filiarem.

## ARTIGO 58

## (Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 26 de Junho de 2014.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada em 14 de Agosto de 2014.

Publique-se .

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

## ANEXO

## Glossário

Para efeitos da presente Lei entende-se por:

- a) Acto ilícito* – é uma acção ou omissão voluntária, negligência ou imprudência que contraria a lei e que viole o direito causando dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.
- b) Administração Pública* – é o conjunto de órgãos centrais e locais do Estado, autarquias locais e institutos públicos.
- c) Agente do Estado* – cidadão contratado ou designado nos termos da lei ou por outro título, mas que não seja nomeado para os quadros de pessoal dos órgãos centrais e locais do Estado, para o desempenho de certas funções na Administração Pública.
- d) Arbitragem* - acontece quando a Administração Pública e ou os Sindicatos não aceitam a proposta do mediador, recorrendo as partes a qualquer momento do decurso das negociações, ao processo de arbitragem do qual resultam decisões de carácter obrigatório.
- e) Bons costumes* – é o conjunto de regras éticas aceites pelas pessoas honestas, correctas, de boa fé, num dado ambiente e num certo momento.
- f) Confederação geral* - associação de federações e ou uniões nacionais de sindicatos.
- g) Comité intersindical* - órgão intermédio dos comités sindicais da organização dos funcionários e agente da Administração Pública em cada unidade orgânica.
- h) Comité sindical* - órgão de base da organização dos funcionários e agente do Estado em cada instituição ou unidade orgânica.
- i) Conciliação* – é uma forma de resolução de controvérsias na relação de interesses, administrada por um mediador investido de autoridade pelas partes, a quem compete aproximá-las, controlar as negociações, sugerir e formular propostas e apontar vantagens e desvantagens.
- j) Delegado sindical* – é o órgão representativo dos funcionários e agentes do Estado em instituições cujo o quadro de pessoal não ultrapasse 30 funcionários.

- k) Dirigente da Administração Pública* - funcionário ou agente da administração pública com funções de direcção ou chefia na estrutura administrativa.
- l) Estrutura administrativa* - unidade orgânica da Administração Pública que integra certo número de funcionários e agentes do Estado.
- m) Federação* – associação de sindicatos da mesma profissão ou do mesmo ramo de actividade.
- n) Funcionário do Estado* – cidadão nomeado para lugares do quadro de pessoal e que exercem actividades nos órgãos centrais e locais do Estado.
- o) Mediação* - envolve duas ou mais partes, constitui um mecanismo de resolução de conflitos e problemas e acontece quando as partes estão disponíveis/ predispostas a dialogar para encontrar uma solução para o referido problema, mas que para tal aconteça, necessitam da assistência de uma terceira parte que seja imparcial e neutra.
- p) Negociação colectiva* - negociação efectuada entre as associações sindicais e a Administração Pública das matérias relativas ao Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado e nos regulamentos em vigor na Administração Pública.
- q) Porta-voz* – é a pessoa encarregue de comunicar publicamente as conclusões e o andamento do processo negocial.
- r) Sindicato* - associação permanente de funcionários e agentes da Administração Pública para defesa e desenvolvimento dos seus direitos e interesses sócio-profissionais.
- s) União* – associação de sindicatos de base provincial.

## Lei n.º 19/2014

de 27 de Agosto

Havendo necessidade de garantir maior respeito pela dignidade da pessoa, vivendo com HIV e SIDA, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

## TÍTULO I

## Disposições gerais

## CAPÍTULO I

## Disposições gerais

## ARTIGO 1

## (Objecto)

1. A presente Lei estabelece os direitos e deveres da pessoa vivendo com HIV e SIDA e garante a promoção de medidas necessárias para a prevenção, protecção e tratamento da mesma.
2. Igualmente, estabelece os direitos e deveres do trabalhador ou candidato a emprego vivendo com HIV e SIDA.

## ARTIGO 2

## (Âmbito da aplicação)

A presente Lei aplica-se a toda a pessoa vivendo com HIV e SIDA, ao pessoal da saúde e a outras pessoas em situação de risco ou de transmissão, bem como a todo o trabalhador e candidato a emprego na Administração Pública e noutros sectores públicos ou privados e ao trabalhador doméstico.

## ARTIGO 3

**(Definições)**

Os termos usados na presente Lei constam do glossário, em anexo, do qual é parte integrante.

## ARTIGO 4

**(Princípio da não discriminação)**

1. A pessoa vivendo com HIV e SIDA goza dos mesmos direitos e tratamento de qualquer outra pessoa.

2. A pessoa vivendo com HIV e SIDA não deve ser discriminada ou estigmatizada em razão do seu estado de seropositividade.

## TÍTULO II

**Direitos e deveres da pessoa vivendo com HIV e SIDA****CAPÍTULO I****Direitos e deveres da pessoa vivendo com HIV e SIDA**

## ARTIGO 5

**(Direitos)**

A pessoa vivendo com HIV e SIDA tem os seguintes direitos:

- a) assistência médica e medicamentosa;
- b) coabitação e educação;
- c) participação na tomada de decisões e em outros actos familiares;
- d) candidatar-se a emprego, e a cargos públicos ou privados;
- e) trabalho e formação profissional;
- f) preservação e respeito da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias e crenças e da integridade sexual, moral e psíquica;
- g) respeito da privacidade no seio da família e da comunidade;
- h) respeito da condição serológica;
- i) solidariedade e assistência da família e da comunidade;
- j) assistência social;
- k) alimentos, nos termos da Lei da Família e outra legislação aplicável.

2. Os cidadãos têm direito a devida indemnização em virtude de contaminação dolosa por terceiro ou resultante de erro, negligência ou incúria médica ou de terceiros.

## ARTIGO 6

**(Direito de preservação do estado serológico)**

1. Constitui direito da pessoa vivendo com HIV e SIDA não ser obrigada a revelar o seu estado serológico, salvo nos casos previstos na presente Lei e demais legislação pertinente.

2. A pessoa vivendo com HIV e SIDA não poder ser submetida, sem o seu prévio conhecimento e consentimento, a exames médicos de HIV e SIDA.

3. Ninguém deve informar, publicar ou divulgar, por qualquer meio que seja, o estado serológico de qualquer pessoa vivendo com HIV e SIDA a terceiros, sem o consentimento desta, sob pena de incorrer nas sanções previstas na lei.

**CAPÍTULO II****Direitos especiais da pessoa vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade**

## ARTIGO 7

**(Criança ou adolescente vivendo com HIV e SIDA)**

1. A criança ou adolescente vivendo com HIV e SIDA tem os direitos e garantias consagrados na Constituição da República

e nas convenções internacionais, nomeadamente a Declaração dos Direitos da Criança, a Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança e demais legislação nacional.

2. A família e a comunidade asseguram que toda a criança ou adolescente vivendo com HIV e SIDA tenha o direito à assistência, nomeadamente educação, saúde, alimentação, psico-social e habitação no seio da sua família e, só em casos excepcionais, em famílias substitutas.

## ARTIGO 8

**(Mulher vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade)**

A mulher vivendo com HIV e SIDA, para além dos direitos gerais consagrados na presente Lei, goza ainda dos seguintes direitos:

- a) assistência em caso de ser vítima de abuso sexual;
- b) prioridade no acesso ao aconselhamento e testagem;
- c) prioridade no acesso ao tratamento, nos programas de protecção social e nos programas de subsídios de alimentos ou acção social produtiva;
- d) manutenção na casa do casal, salvo se por decisão judicial for atribuída ao cônjuge.

## ARTIGO 9

**(Criança vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade)**

A criança vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade tem direito a:

- a) acesso à educação, alimentação, habitação, aos cuidados médicos, assistência psico-social no seio da sua família e, excepcionalmente, em famílias substitutas ou instituições de acolhimento;
- b) respeito pela sua condição serológica;
- c) assistência por um curador de menores, do tribunal da área jurisdicional da sua residência;
- d) acompanhamento pelo Estado garantindo a sua inserção social, até atingir a maioridade.

## ARTIGO 10

**(Pessoa idosa vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade)**

A pessoa idosa vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade, para além dos direitos consagrados na Constituição, nas convenções internacionais e nas demais leis, tem direito a ser acolhida na família e, excepcionalmente, em famílias substituídas ou em centros de acolhimento.

## ARTIGO 11

**(Pessoa com deficiência vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade)**

1. A Pessoa com deficiência vivendo com HIV e SIDA, para além dos direitos consagrados na Constituição, nas convenções internacionais e nas demais leis, tem direito a ser atendida na família e, excepcionalmente, em famílias substituídas ou em centros de acolhimento.

2. A pessoa com deficiência vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade tem direito à assistência social, cuidados médicos, acesso à informação, comunicação e educação cívica sobre a prevenção, mitigação e combate ao HIV e SIDA, ser atendida na família e, excepcionalmente, em famílias substituídas ou em centros de acolhimento.

3. Em função da tipologia da sua deficiência, tem também direito à informação, comunicação e educação cívica, na linguagem apropriada.

## ARTIGO 12

**(Pessoa toxicodependente vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade)**

1. A pessoa toxicodependente vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade, para além dos direitos consagrados na Constituição da República, nas convenções internacionais e nas demais leis, tem direito a ser atendida na família e, excepcionalmente, em famílias substituídas ou em instituições vocacionadas.

2. A pessoa toxicodependente vivendo com HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade tem direito ao apoio psico-social, programas de reabilitação e de prevenção e tratamento do HIV e SIDA.

## ARTIGO 13

**(Deveres e responsabilidades da pessoa vivendo com HIV e SIDA)**

A pessoa vivendo com HIV e SIDA tem, entre outras, as seguintes responsabilidades:

- a) abster-se da prática de relações sexuais sem a necessária protecção;
- b) não passar a outrem lâminas, agulhas ou outros objectos cortantes ou perfurantes usados;
- c) adoptar atitudes, hábitos e comportamentos que evitem a transmissão a outrem;
- d) sensibilizar, de forma permanente, a outras pessoas vivendo com HIV e SIDA ou não sobre os seus deveres, quanto à doença;
- e) cumprir com a prescrição médica;
- f) informar o seu estado serológico ao clínico;
- g) dar a conhecer ao cônjuge ou parceiro sexual sobre a sua condição serológica;
- h) não doar sangue e seus derivados, leite materno, órgãos ou tecidos para uso terapêutico, salvo no âmbito de investigação científica.

## ARTIGO 14

**(Deveres da pessoa em geral)**

Todo aquele que conhecer alguém vivendo com HIV e SIDA, estigmatizado ou discriminado pela família ou pela comunidade, deve dar a conhecer:

- a) aos órgãos competentes do Estado do local de residência da pessoa vivendo com HIV e SIDA;
- b) aos líderes comunitários, líderes religiosos, parentes ou outras personalidades influentes que possam proteger e salvaguardar os direitos da pessoa discriminada ou estigmatizada.

## ARTIGO 15

**(Dever de colaboração)**

As organizações não-governamentais e outras de carácter social, quando devidamente autorizadas pela autoridade que superintende a área da saúde, podem realizar aconselhamento, testagem e tratamento da pessoa vivendo com HIV e SIDA e apoiar as pessoas afectadas.

## ARTIGO 16

**(Discriminação e maus tratos)**

1. É proibida a discriminação, estigmatização e maus tratos a:
  - a) pessoa vivendo com HIV e SIDA;
  - b) criança ou adolescente órfão de pais, vítimas de SIDA;
  - c) cônjuge viúvo vítima de SIDA;

- d) pessoa com deficiência vivendo com HIV e SIDA;
- e) pessoa tóxico-dependente vivendo com HIV e SIDA.

2. Todo aquele que discriminar, estigmatizar ou maltratar a pessoa vivendo com HIV e SIDA ou seus parentes incorre em responsabilidade civil e criminal, devendo pagar uma indemnização ao ofendido pelo acto.

## ARTIGO 17

**(Discriminação em estabelecimento de ensino)**

1. É proibida a constituição de escolas, turmas e grupos especiais para pessoas vivendo com HIV e SIDA.
2. É, igualmente, proibida a recusa de acesso aos serviços de ensino em instituições públicas ou privadas do estudante vivendo com HIV e SIDA.

## CAPÍTULO III

**Responsabilidade do Estado**

## ARTIGO 18

**(Dever do Estado)**

1. O Estado assegura à pessoa vivendo com HIV e SIDA o gozo e o exercício dos direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição da República e demais leis.
2. O Estado assegura a alocação dos meios necessários às unidades sanitárias do Serviço Nacional de Saúde para o atendimento e tratamento da pessoa vivendo com HIV e SIDA.
3. O Estado garante sangue seguro e seus derivados.
4. O Estado define e implementa políticas de prevenção, combate e mitigação do impacto do HIV e SIDA.
5. O Estado deve garantir o acesso à informação sobre o HIV e SIDA e suas consequências, bem como sobre os benefícios da testagem voluntária.
6. Assegurar a assistência social da pessoa vivendo com HIV e SIDA.

## ARTIGO 19

**(Dever de indemnização)**

1. O Estado obriga-se a indemnizar toda pessoa que for infectada pelo HIV e SIDA, por acto de funcionários e técnicos de saúde no exercício de funções ao serviço do Estado.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o Estado responde solidariamente com o funcionário ou técnico de saúde, nos termos gerais do Direito.
3. O empregador do sector público e privado tem as mesmas responsabilidades do Estado referidas nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

## CAPÍTULO IV

**Comunidades locais**

## ARTIGO 20

**(Integração na comunidade)**

No processo de integração social, a pessoa vivendo com o HIV e SIDA deve ser aceite na comunidade, sem estigmatização nem discriminação.

## ARTIGO 21

**(Deveres do praticante da medicina tradicional)**

1. Os praticantes da medicina tradicional e seus auxiliares devem atender e prestar os seus serviços no aconselhamento e encaminhamento da pessoa vivendo com HIV e SIDA para as unidades sanitárias.

2. No exercício das suas actividades, o praticante da medicina tradicional e seus auxiliares são obrigados a observar medidas seguras para evitar a transmissão do HIV.

3. Os praticantes da medicina tradicional e seus auxiliares devem abster-se de fazer publicidade enganosa de cura de HIV e SIDA.

## **CAPÍTULO V**

### **Formação e educação cívica**

#### **ARTIGO 22**

##### **(Formação em matéria de HIV e SIDA)**

Na formação e capacitação das autoridades tradicionais, praticantes da medicina tradicional, políticos, líderes comunitários, religiosos e outras personalidades influentes, deve-se incluir matérias relativas à prevenção e combate ao HIV e SIDA.

#### **ARTIGO 23**

##### **(Educação cívica)**

No desenvolvimento das suas actividades as autoridades tradicionais, praticantes da medicina tradicional, políticos, líderes comunitários, religiosos e outras personalidades influentes, devem disseminar informação para a prevenção e combate ao HIV e SIDA.

#### **ARTIGO 24**

##### **(Capacitação de activistas de HIV e SIDA)**

As organizações sociais vocacionadas devem promover a capacitação de activistas em matérias de prevenção e combate ao HIV e SIDA.

## **CAPÍTULO VI**

### **Serviços de saúde**

#### **ARTIGO 25**

##### **(Formação profissional especializada)**

1. O Estado promove a formação profissional especializada sobre as matérias de prevenção e combate ao HIV e SIDA, providenciando cursos dirigidos ao pessoal da saúde e àquelas pessoas que prestam apoio às comunidades, na área do HIV e SIDA.

2. O Estado deve regular a capacitação dos praticantes de medicina tradicional, em matérias de HIV e SIDA.

#### **ARTIGO 26**

##### **(Teste de HIV)**

1. É proibida a realização de testes para o diagnóstico de infecção por HIV sem consentimento informado voluntário, salvo nos seguintes casos:

- a) quando, por consideração do clínico, constar do expediente clínico a necessidade de se efectuar o teste de HIV para fins exclusivamente relacionados com a saúde e tratamento do paciente;
- b) quando se trate de doação de sangue e seus derivados, leite materno, órgãos e tecidos humanos;
- c) quando se requeira para fins processuais penais e ou civis com prévia ordem da autoridade judicial competente;
- d) realização de qualquer intervenção cirúrgica programada e ou de urgência.

2. Os exames serológicos do HIV a menores de 11 anos de idade só são realizados mediante a permissão dos pais ou tutor que, para o efeito, devem ser informados da necessidade do teste e prestem o seu consentimento, salvo as excepções previstas na presente Lei ou noutra legislação, respeitando-se sempre o interesse superior do menor.

3. Aos menores de idade compreendida entre os 11 e 18 anos é-lhes assegurado a possibilidade de aceitarem ou não a permissão dos pais ou tutores para a realização do teste.

#### **ARTIGO 27**

##### **(Teste à mulher grávida)**

1. A mulher grávida tem direito ao acesso a aconselhamento pré e pós- testagem, como parte do pacote de cuidados pré-natais, estando salvaguardada a confidencialidade.

2. O clínico deve oferecer o serviço de aconselhamento e testagem de rotina à mulher grávida como parte dos cuidados pré-natais após o seu consentimento.

#### **ARTIGO 28**

##### **(Confidencialidade do teste)**

1. O clínico que realize o teste serológico de HIV ou outro profissional da saúde que dele tiver conhecimento, não deve divulgá-lo a terceiro, salvo à pessoa testada ou ao seu cônjuge, aos seus progenitores ou tutor, no caso de ser menor de idade, nos termos da presente Lei ou de outra legislação.

2. A violação do disposto no número anterior confere direito à indemnização a pessoa testada e as pessoas afectadas pela quebra de confidencialidade.

#### **ARTIGO 29**

##### **(Tipos de testagem para o HIV)**

O Estado reconhece e permite a realização dos seguintes tipos de testagem para o HIV:

- a) aconselhamento e testagem iniciada pelo utente;
- b) aconselhamento e testagem iniciada pelo provedor;
- c) aconselhamento e testagem como parte da rotina dos cuidados;
- d) aconselhamento e testagem em saúde na comunidade;
- e) aconselhamento e testagem diagnóstica.

#### **ARTIGO 30**

##### **(Mecanismos de manutenção e controlo)**

O ministério que superintende a área da saúde deve estabelecer mecanismos uniformes de controlo e registo para vigilância epidemiológica que garantam o anonimato e todas as outras situações excepcionais previstas por lei ou definidas segundo orientações da Organização Mundial da Saúde.

#### **ARTIGO 31**

##### **(Laboratórios)**

Os laboratórios ou bancos de sangue onde se realizem exames para diagnóstico de HIV devem estar devidamente registados no ministério que superintende a área da saúde e estão obrigados a manter um sistema actualizado de registo e informação para as autoridades sanitárias.

#### **ARTIGO 32**

##### **(Medicamentos)**

1. Cabe ao Governo padronizar os medicamentos a serem utilizados em cada estágio de infecção e da doença no Serviço Nacional de Saúde, bem como regulamentar a sua comercialização.

2. A padronização dos medicamentos e da terapia de tratamento do HIV e SIDA deve ser revista e publicada, sempre que for necessário, para se adequar ao conhecimento científico actualizado e à disponibilidade de novos medicamentos e terapias no mercado.

## ARTIGO 33

**(Deveres dos agentes do Serviço Nacional de Saúde)**

1. Os agentes do Serviço Nacional de Saúde devem agir com zelo e diligência nos cuidados prestados, incluindo no tratamento da pessoa vivendo com HIV e SIDA e abster-se de atitudes ou comportamentos discriminatórios ou de estigma.

2. A violação do disposto no número anterior é objecto de processo disciplinar e, sempre que couber, a responsabilidade civil e criminal, nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.

## ARTIGO 34

**(Protocolos clínicos e guiões técnicos)**

A abordagem clínica, bem como os respectivos protocolos e guiões técnicos são definidos pelo ministério que superintende a área da saúde.

## CAPÍTULO VII

**Educação e acesso à educação**

## ARTIGO 35

**(Informação, comunicação e educação cívica)**

1. O Estado promove mecanismos de informação, comunicação e educação cívica para a prevenção e combate ao HIV e SIDA.

2. Para o efeito, o Estado promove, através dos órgãos ou das organizações da sociedade civil, instituições ou individualidades, campanhas de informação e de educação cívica que estimulem ao aconselhamento, testagem, prevenção e combate à estigmatização e à discriminação, e incentiva a aderência ao tratamento.

## ARTIGO 36

**(Órgãos de comunicação social públicos)**

O Estado garante, através dos órgãos de comunicação social públicos e maioritariamente participados pelo Estado, a divulgação gratuita de programas sobre a prevenção e combate ao HIV e SIDA.

## ARTIGO 37

**(Proibição do teste serológico de HIV)**

É proibida a exigência do teste serológico para acesso ao ensino, acções de formação ou qualquer outra actividade.

## ARTIGO 38

**(Currículo escolar)**

O Governo deve introduzir nos curricula das escolas públicas e privadas matérias sobre prevenção e combate ao HIV e SIDA e outras infecções de transmissão sexual.

## CAPÍTULO VIII

**Estabelecimento penitenciário**

## ARTIGO 39

**(Informação no estabelecimento penitenciário)**

O Governo deve garantir informação necessária com vista a prevenção e combate ao HIV e SIDA nos estabelecimentos penitenciários.

## ARTIGO 40

**(Assistência no estabelecimento penitenciário)**

O estabelecimento penitenciário que tiver reclusos vivendo com HIV e SIDA deve garantir assistência e tratamento dos mesmos, providenciando meios e cuidados por forma a evitar a contaminação e propagação do HIV e SIDA e doenças a ele associadas.

## CAPÍTULO IX

**Serviços de apoio jurídico e judiciário**

## ARTIGO 41

**(Testagem pós exposição por crimes sexuais)**

1. É assegurada profilaxia de pós exposição a todas as vítimas de crime sexual.

2. Consoante as circunstâncias do caso o Juiz ou o Ministério Público deve, oficiosamente, ordenar a submissão do autor de crime sexual à testagem pós exposição para diagnóstico de infecção por HIV e SIDA.

3. Nos casos em que se verifique a ausência das autoridades referidas no número anterior, a entidade policial pode decidir a submissão à testagem pós exposição para diagnóstico de infecção por HIV e SIDA.

## ARTIGO 42

**(Serviço de apoio jurídico e judiciário)**

1. O Estado garante o direito à assistência jurídica e ao patrocínio judiciário à pessoa vivendo com HIV e SIDA ou seu representante, nos casos em que sejam violados os seus direitos, decorrentes da presente Lei e demais legislação aplicável.

2. As organizações não-governamentais e outras de carácter social que lidam com as matérias relativas à prevenção e combate ao HIV e SIDA podem dar apoio judiciário à pessoa vivendo com HIV e SIDA ou ao seu representante.

## CAPÍTULO X

**Investigação e estudos científicos**

## ARTIGO 43

**(Investigação e estudos científicos)**

1. O Estado promove e assegura a realização de investigação e estudos científicos com vista à prevenção, controlo, tratamento e cura do HIV e SIDA, bem assim da mitigação do seu impacto.

2. Compete ao Governo regulamentar o estabelecido no número anterior.

## TÍTULO III

**Protecção do trabalhador e candidato a emprego vivendo com HIV e SIDA**

## CAPÍTULO I

**Princípios gerais de protecção dos direitos do trabalhador e candidato a emprego vivendo com HIV e SIDA**

## ARTIGO 44

**(Privacidade)**

O trabalhador e candidato a emprego, funcionário e agente do Estado, na Administração Pública e outros sectores público ou privado, incluindo os trabalhadores domésticos vivendo com HIV e SIDA gozam do direito à privacidade sobre a sua condição serológica no local de trabalho ou fora dele.

## ARTIGO 45

**(Confidencialidade)**

1. O trabalhador e candidato a emprego, funcionário e agente do Estado, na Administração Pública e outros sectores público ou privado, incluindo o trabalhador doméstico vivendo com HIV e SIDA gozam do direito à confidencialidade sobre a sua condição de seropositivo no local de trabalho ou fora dele.

2. Os profissionais de saúde, dos serviços público ou privado e outros equiparados que prestem serviços a uma entidade empregadora são obrigados a manter confidencialidade da informação sobre trabalhadores seropositivos.

## ARTIGO 46

**(Consentimento)**

1. O trabalhador, candidato a emprego, funcionário ou agente do Estado não é obrigado a informar o seu estado de seropositividade ao seu empregador e os responsáveis de instituições de emprego ou recrutamento, salvo em caso de consentimento livre e expresso do trabalhador.

2. O trabalhador, candidato a emprego, funcionário e agente do Estado pode requerer voluntariamente o teste de HIV, devendo o mesmo ser feito por uma pessoa qualificada e numa unidade sanitária ou outra entidade competente.

## ARTIGO 47

**(Igualdade)**

1. O trabalhador, candidato ao emprego, funcionário e agente do Estado não deve ser discriminado nos seus direitos de trabalho, formação, promoção e progresso na carreira por ser portador de HIV e SIDA.

2. A todo o trabalhador, candidato ao emprego, funcionário e agente do Estado deve ser assegurado o princípio de igualdade de direitos, de oportunidades, em função do seu mérito e capacidade de desempenhar a sua função laboral.

## ARTIGO 48

**(Protecção)**

O trabalhador, candidato a emprego, funcionário e agente do Estado, na Administração Pública e outros sectores público ou privado, incluindo o trabalhador doméstico vivendo com HIV e SIDA, caso pertençam a algum grupo populacional considerado vulnerável ou marginalizado, gozam do direito à protecção contra discriminação sobre a sua condição de seropositivo e vulnerabilidade no local do trabalho ou fora dele.

## CAPÍTULO II

**Direitos e deveres do trabalhador e candidato a emprego**

## ARTIGO 49

**(Direitos do trabalhador vivendo com HIV e SIDA)**

1. O trabalhador vivendo com HIV e SIDA tem os seguintes direitos específicos:

- a) assistência médica e medicamentosa;
- b) coabitação e educação;
- c) formação profissional;
- d) progressão na carreira;
- e) respeito pela sua condição serológica;
- f) solidariedade e assistência dos colegas;
- g) denunciar às entidades competentes em caso de estigmatização e discriminação pela entidade empregadora ou pelos colegas;
- h) participar nas actividades de prevenção e combate ao HIV e SIDA no local de trabalho;
- i) apoio e assistência social;
- j) receber a devida indemnização em virtude de contaminação dolosa por terceiro ou resultante de erro, negligência ou incúria médica ou de terceiros.

2. Para efeitos de assistência médica e medicamentosa e outros direitos constantes da lei, o trabalhador, funcionário e agente do Estado deve, voluntariamente, comunicar o seu estado serológico à sua entidade empregadora.

## ARTIGO 50

**(Deveres do trabalhador)**

Constituem deveres do trabalhador vivendo com HIV e SIDA:

- a) não passar a outrem lâminas, agulhas ou outros objectos usados cortantes ou perfurantes passíveis de transmitir o HIV;
- b) adoptar atitudes, hábitos e comportamentos que evitem a transmissão do HIV a outrem no local de trabalho;
- c) abster-se da prática de relações sexuais sem a devida protecção;
- d) sensibilizar, de forma permanente os colegas de trabalho e outras pessoas vivendo ou não com HIV e SIDA sobre os seus deveres, quanto à doença;
- e) cumprir com a prescrição médica.

## ARTIGO 51

**(Direitos do candidato a emprego)**

Constituem direitos do candidato a emprego:

- a) não ser submetido a teste de HIV para efeitos de emprego;
- b) não ser discriminado no seu direito ao trabalho por ser portador de HIV e SIDA.

## ARTIGO 52

**(Proibição do teste serológico de HIV)**

É proibida a exigência do teste serológico para candidatura ao emprego em instituições públicas ou privadas, para manutenção da relação jurídico-laboral ou ainda para acções de formação, promoção profissional ou qualquer outra actividade.

## ARTIGO 53

**(Deveres da entidade empregadora)**

1. A entidade empregadora é obrigada a manter a assistência médica devida ao trabalhador, funcionário e agente do Estado infectado com HIV e SIDA, mesmo quando impossibilitado de trabalhar, nos limites da lei.

2. A assistência médica referida no número anterior é a disponível no país.

3. Dentro dos limites da lei, as entidades empregadoras devem estabelecer políticas e programas de prevenção e combate ao HIV e SIDA no local de trabalho.

4. As entidades empregadoras devem, em parceria com os serviços competentes, no âmbito da sua responsabilidade social, criar serviços de informação, educação, comunicação, aconselhamento e testagem nos seus locais de trabalho.

5. A entidade empregadora é obrigada a assegurar o cumprimento das normas de saúde, higiene e segurança no local de trabalho.

6. A entidade empregadora está obrigada a subscrever um seguro de saúde, que, dentre outras, possa cobrir situações de infecções ocupacionais de trabalhadores pelo HIV e SIDA, durante o exercício de funções.

## ARTIGO 54

**(Infecção ocupacional)**

A entidade empregadora deverá prover serviços e meios de trabalho que evitem e diminuam o risco de infecção ocupacional dos trabalhadores durante a realização de actividades.

**CAPÍTULO IV****Risco, infecção, precaução, proibição de testes e reorientação****ARTIGO 55****(Risco de infecção)**

O trabalhador, funcionário e agente do Estado infectado com HIV deve abster-se de comportamentos que possam colocar em risco de contágio a colegas e utentes dos seus serviços.

**ARTIGO 56****(Infecção ocupacional)**

1. O trabalhador, funcionário e agente do Estado que fique infectado com HIV e SIDA no local de trabalho, no exercício da sua actividade profissional, tem garantida a assistência médica e medicamentosa adequada, sem prejuízo da compensação a que tem direito.

2. A assistência médica e medicamentosa referida no número anterior é da responsabilidade da entidade empregadora.

3. Sem prejuízo do acima disposto, a entidade empregadora deve indemnizar os trabalhadores que contraíram HIV e SIDA durante e em virtude do exercício de funções.

4. A entidade empregadora deve fornecer todas as informações necessárias ao trabalhador infectado, referentes à provisão de serviços de aconselhamento, tratamento e pagamento de indemnização.

5. A entidade empregadora não pode rescindir o contrato de trabalho celebrado com o trabalhador em virtude da sua situação de seropositividade, sob pena das sanções previstas na lei.

**ARTIGO 57****(Medidas de Precaução)**

As entidades empregadoras que explorem serviços de laboratórios, clínicas médicas, unidades sanitárias ou outras equiparadas e cujos trabalhadores entrem ou possam entrar em contacto com lixos hospitalares e fluidos corporais, devem tomar as necessárias medidas de precaução, protecção e prevenção para evitar a infecção pelo HIV.

**ARTIGO 58****(Reorientação profissional)**

A entidade empregadora é obrigada a treinar e reorientar todo o trabalhador, funcionário e agente do Estado infectado com o HIV e SIDA que não esteja apto a desempenhar as suas funções laborais, ocupando-o num posto de trabalho compatível com as suas capacidades residuais.

**CAPÍTULO V****Faltas, despedimento e indemnização****ARTIGO 59****(Regime de faltas)**

As faltas por doença do trabalhador, funcionário ou agente do Estado vivendo com HIV e SIDA são consideradas justificadas e integram o regime de prestações de Segurança Social ou outros mecanismos de assistência social vigentes, com estrita observância da confidencialidade do competente processo.

**ARTIGO 60****(Despedimento)**

Todo o trabalhador, funcionário e agente do Estado que for despedido por ser pessoa vivendo com HIV e SIDA, é considerado como tendo sido despedido sem justa causa e tem direito a uma indemnização, sem embargo para a sua reintegração.

**ARTIGO 61****(Não admissão de candidato)**

O candidato a emprego que não for admitido, depois de qualificado, por ser seropositivo, tem direito a uma indemnização equivalente a seis meses de salário correspondente à categoria em concurso, sem prejuízo de responsabilidade criminal.

**ARTIGO 62****(Indemnização)**

1. Para efeitos de cálculo do valor da indemnização é considerado 4 salários da categoria do trabalhador por cada ano de serviço.

2. O trabalhador que, não tenha completado pelo menos um ano de serviço, a indemnização é fixado em 3 salários da categoria do trabalhador.

3. Para além da indemnização a que tem direito, o trabalhador, funcionário e agente do Estado despedido nos termos do n.º 1 deste artigo, tem direito a uma pensão nos termos da Lei.

**TÍTULO IV****Das infracções e penalizações****CAPÍTULO I****Sanções e multas por violação dos direitos do trabalhador e candidato a Emprego****ARTIGO 63****(Sanções e multas)**

1. Todo aquele que violar as disposições do artigo 51 da presente Lei é condenado na pena de multa correspondente entre quinze a trinta salários mínimos.

2. A pena de multa prevista no n.º 1, é agravada até cinquenta salários mínimos, sempre que se tratar de reincidência.

3. Todo aquele que quebrar a confidencialidade prevista no artigo 45 da presente Lei é condenado na pena de multa correspondente entre quinze a quarenta salários mínimos, se pena mais grave não couber.

3. Todo aquele que violar o disposto no n.º 1 do artigo 46 da presente Lei é condenado na pena de multa correspondente entre quarenta a sessenta salários mínimos.

4. Incorre na pena de multa correspondente a cem salários mínimos, todo aquele que violar o disposto no artigo 47 da presente Lei.

5. Para efeito de determinação do salário mínimo considera-se o respectivo sector de actividade.

**ARTIGO 64****(Destino das multas)**

As multas resultantes da aplicação da presente Lei são distribuídas nos seguintes termos:

- a) 30% para o Orçamento do Estado;
- b) 60% para a instituição que coordena as intervenções de resposta ao HIV e SIDA;
- c) 10% para a instituição de inspecção respectiva.

**CAPÍTULO II****Sanções e multas por violação dos direitos da pessoa vivendo com HIV e SIDA****ARTIGO 65****(Sanções e multas)**

1. Aquele que, sendo agente de saúde, provedor de cuidados, ou outro profissional, violar o dever de zelo e diligência, ofender a honra e dignidade da pessoa vivendo com HIV e SIDA,



discriminando-a ou desprezando-a, será sancionado com uma multa que varia entre três a quinze salários mínimos praticados na função pública, em função do seu grau de culpa, sem prejuízo de responsabilidade criminal.

2. Aquele que, fazendo-se passar por agente ou profissional de saúde, cometer os mesmos factos será aplicada a mesma pena prevista no número anterior, sem prejuízo de responsabilidade criminal.

3. Aquele que discriminar a pessoa vivendo com HIV e SIDA no acesso à habitação, ao transporte, aos cuidados de saúde, à educação, à cultura, ao desporto ou outros serviços públicos ou privados a que estejam reservados os direitos de acesso público, será condenado à pena correspondente a quinze salários mínimos praticados na função pública.

#### ARTIGO 66

##### (Difamação, injúria ou calúnia)

Aquele que difamar, injuriar ou caluniar, com base no facto de se ser pessoa vivendo com HIV e SIDA, será punido nos termos do Código Penal, assistindo ainda ao ofendido o direito a uma indemnização que varia entre vinte salários mínimos a quarenta salários mínimos praticados na função pública.

#### ARTIGO 67

##### (Sigilo do estado serológico)

1. Aquele que revelar a confidencialidade de registo ou resultado do estado serológico de que for depositário, em razão das suas funções, será punido com multa de trinta salários mínimos praticados na função pública e uma indemnização em igual valor ao ofendido, sem prejuízo de responsabilidade criminal.

2. Aquele que, tendo tido conhecimento do estado serológico de alguém, revelar a outrem será punido com uma multa que varia entre cinco a vinte salários mínimos praticados na função pública e deverá indemnizar em igual valor ao ofendido.

#### ARTIGO 68

##### (Contaminação criminosa)

Aquele que, sendo agente de saúde ou não, dolosamente transmitir, em massa, o vírus HIV, por qualquer meio, será punido com pena de oito a doze anos de prisão maior.

### CAPÍTULO III

#### Disposições finais

##### ARTIGO 69

##### (Regulamentação)

Compete ao Governo regulamentar a presente Lei no prazo de 180 dias.

##### ARTIGO 70

##### (Fiscalização)

Compete à Inspeção Administrativa do Estado, ao ministério que superintende a área de serviços sociais, ao Ministério da Saúde, e à Inspeção Geral do Trabalho fiscalizar o cumprimento da presente Lei.

##### ARTIGO 71

##### (Legislação subsidiária)

Aos crimes previstos na presente Lei são aplicáveis, subsidiariamente, as disposições do Código Penal e legislação complementar pertinente.

#### ARTIGO 72

##### (Revogação)

São revogadas as Leis n.º 12/2009, de 12 de Março, Lei n.º 5/2002, de 5 de Fevereiro, e toda a legislação que contrarie a presente Lei.

#### ARTIGO 73

##### (Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 17 de Julho de 2014.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada em 14 de Agosto de 2014.

Publique-se .

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

#### ANEXO

#### Glossário

##### A

**Aconselhamento** – É um processo de diálogo que se estabelece entre o provedor de saúde ou conselheiro e o utente, sobre o seu estado de saúde.

**Aconselhamento e testagem como parte da rotina de cuidados** – é iniciado pelo provedor e realizado como parte de um pacote de cuidados dos serviços de saúde. O AT é oferecido a todos os utentes que acorrem aos serviços de saúde.

**Aconselhamento e Testagem Iniciada pelo Provedor (ATIP)** – refere-se àquele iniciado pelo profissional de saúde nos serviços de saúde, onde o utente é oferecido o teste com o direito a recusa. Nesta abordagem, todo o utente que ocorre à unidade sanitária é oferecido o teste mas para a sua realização deve haver o consentimento informado do utente. Este é oferecido para todos os utentes que se apresentem a US com ou sem sintomas que sugere infecção pelo HIV, as crianças expostas de HIV/SIDA, e nascidas de progenitores seropositivos e tuberculose.

**Aconselhamento e Testagem Iniciada pelo Utente (ATIU)** – antes denominado Aconselhamento e Testagem Voluntária, é aquele que é iniciado pelo utente que procura voluntariamente a unidade sanitária para conhecer o seu estado serológico em relação ao HIV para fins de prevenção da infecção e para planificar sua vida. Nesta modalidade o teste é solicitado pelo indivíduo e não pelo profissional de saúde e os resultados são “utilizados” pelo indivíduo para a tomada de decisão sobre a sua vida.

**Afectado** – refere-se àquele que está ou se manifesta atingido por algum sentimento ou emoção ou a familiares e pessoas directamente atingidas emocional e socialmente pela condição de seropositividade da pessoa infectada.

**Apoio e Assistência** - serviços sociais de Governo que consistem na oferta de produtos alimentares ou cestas básicas alimentares a pessoa vivendo com HIV e SIDA.

##### C

**Condição serológica** – condição em que se encontra o plasma/sangue de um indivíduo são ou doente.

**Consentimento informado** – acto realizado, por escrito, pelo utente ou cuidador do utente autorizando, a realização do teste ou a participação em pesquisas. O consentimento é válido se for assinado pelo utente ou cuidador, e pelo provedor de serviços de

saúde reconhecendo que entenderam a natureza, o propósito, os benefícios e os riscos que correm tanto no teste como na pesquisa.

**Criança** – todo o ser humano com idade inferior a 18 anos de idade.

**Criança órfã e vulnerável** – todo o menor de 18 anos que, tendo perdido pai ou mãe, viva abaixo da linha de pobreza e/ou preencha qualquer uma das seguintes categorias: afectada ou infectada pelo HIV; crianças em agregados familiares chefiados por um adulto que se encontre em situação de doente crónico, com rendimento abaixo da linha de pobreza; criança da rua e na rua; crianças em conflito com a lei, entre outras, consoante as circunstâncias específicas.

**Crónico** – que dura há muito tempo (sobretudo doença).

## D

**Diagnóstico** – determinação de uma doença através de sintomas e sinais sugestivos que o indivíduo apresenta, assegurado pela confirmação laboratorial e/ou imagem.

**Discriminação** – qualquer distinção, exclusão contra uma pessoa que faz com que ela seja tratada de maneira injusta e desleal com base no facto de fazer parte de um grupo específico, ou preferência feita com base no estado de ser ou não seropositivo para efeitos de anular ou diminuir a igualdade de oportunidade e tratamento. Pode ser também definida como sendo práticas negativas que originam o estigma.

## E

**Empregador** – toda pessoa singular ou colectiva, pública ou privada, que emprega trabalhadores.

Estigma/estigmatização – é definido como um processo social que marginaliza, censura, humilha ou rotula os que são diferentes, incluindo os seus amados e/ou associados. Pode tomar a forma de culpa rejeição, exclusão, repulsa, ostracismo e degradação. Pode reforçar os pontos de vista e crenças negativas existentes sobre um determinado grupo.

## H

**Hemoderivados** – substâncias extraídas do sangue, como concentrado de glóbulos e plasma.

**HIV negativo ou Seronegativo** – refere-se à ausência do HIV ou de anticorpos HIV durante um teste.

**HIV positivo, Infectado pelo HIV ou Seropositivo** – indivíduo infectado com o vírus de HIV, podendo ou não apresentar sinais de doença.

**HIV positivo ou seropositivo** – refere-se à presença do vírus do HIV ou de anticorpos.

## I

**Infecção** – acção originada por agentes dentro de um organismo vivo.

**Infecções de Transmissão Sexual (ITS)** – todas as infecções ou doenças transmitidas principalmente através do contacto sexual durante a relação oral, vaginal ou anal sem protecção. São doenças venéreas causadas por micróbios (vírus, bactérias, protozoários e fungos), que se transmitem fundamentalmente através de relações sexuais desprotegidas, isto é, sem uso de preservativo.

**Infectado** – indivíduo que se encontra contagiado por um agente infeccioso e que apresenta ou não sinais da doença.

**Investigação e pesquisa** – entende-se por investigação ou pesquisa, a classe da actividade que visa a produção de conhecimentos e tecnologias no campo aplicado, operacional e da ciência básica, reconhecidos cientificamente por seus métodos de observância técnicas e interferências.

## P

**Pessoa com deficiência** – é aquele que em razão de anomalia congénita ou adquirida de natureza anatómica, fisiológica, sensorial ou mental, esteja em situação de desvantagem ou impossibilidade, por barreiras físicas e/ou sociais de desenvolver normalmente uma actividade.

**Pessoa idosa** – todo o indivíduo maior de 55 anos de idade, em caso de ser de sexo feminino, e maior de 60 anos de idade, em caso de ser do sexo masculino.

**Pessoa vivendo com o HIV e SIDA em estado de vulnerabilidade** – as mulheres, crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência, cujos rendimentos são abaixo da linha mínima de incidência de pobreza.

**Populações Chave** – refere-se a determinados segmentos da população que estão sob risco de exposição ao HIV, decorrente de factores sócio-económicos, culturais ou comportamentais. Nomeadamente, crianças, meninas, trabalhadores de sexo, refugiados, migrantes, militares, prisioneiros, usuários de drogas injectáveis, homens que fazem sexo com homens, populações em movimento e mulheres especialmente nas comunidades nas quais existe pronunciada desigualdade de género.

**Prescrição médica** – receita médica.

**Profilaxia de pós-exposição** – espectro das intervenções biomédicas disponíveis para prevenir e bloquear a infecção ou reinfecção por HIV, englobando todas as intervenções que dependem do uso de medicamentos antiretrovirais e levem à prevenção da transmissão mãe-filho e à redução da infecciosidade (redução abrupta da carga viral) da pessoa já infectada.

## R

**Revelação** – acto em que o provedor de saúde dá a conhecer a condição de saúde ao utente, geralmente após a confirmação laboratorial da presença de infecção.

## S

**SIDA** (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) – conjunto de sintomas e sinais que caracterizam a infecção causada pelo vírus HIV.

## T

**Trabalhador** – todas as pessoas que trabalham ou empregadas recebendo vencimentos ou outro tipo de remuneração em compensação ao trabalho.

**Trabalhadores vivendo com HIV e SIDA** – trabalhadores que tenham sido diagnosticados e provado que estão infectados pelo HIV.

**Testagem** – exame médico utilizado para determinar se uma pessoa está ou não infectada pelo HIV.

**Testagem diagnóstica para o HIV** – o teste é solicitado pelo profissional de saúde como parte da avaliação diagnóstica a pacientes que apresentam sintomas ou sinais atribuíveis a doenças relacionadas com o HIV. Na presença destes sintomas ou sinais, deve-se realizar o teste diagnóstico de HIV a fim de prestar cuidados médicos apropriados. A principal finalidade da testagem diagnóstica é, portanto, rastrear o HIV nos pacientes, para que possam receber o quanto antes os cuidados que sejam adequados à sua situação de saúde. Os princípios da testagem diagnóstica do HIV devem ser aplicados também a pacientes internados com sinais ou sintomas relacionados com a infecção pelo HIV.

**Teste serológico do HIV** – refere-se a qualquer procedimento laboratorial feito a um indivíduo para determinar a presença ou ausência de infecção do HIV.

**V**

**Teste voluntário de HIV** – teste de HIV realizado ao indivíduo que depois de se ter submetido ao aconselhamento pré-teste, se submete de livre vontade.

**Toxicodependente** – Pessoa que tem dependência de drogas ou substâncias tóxicas necessitando de reabilitação especial e reintegração na família e na sociedade.

**Transmissão do HIV** – refere-se ao contágio do HIV a uma pessoa, podendo ser feita de várias formas (sexual, da mãe para o filho, objectos contaminados, etc).

**Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)** – é um vírus que ataca o sistema imune do indivíduo, levando o infectado a desenvolver o SIDA.

**Vulnerabilidade**- referê-se a oportunidades desiguais, exclusão social, desemprego, ou emprego precário e outros factores económicos, sociais, políticos e culturais que fazem com que a pessoa seja mais susceptível a infecção pelo HIV e ao desenvolvimento do SIDA.

Preço — 31,50 MT

---

IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.